



ANÁLISE DO PERFIL MOTIVACIONAL DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA 3ª ETAPA DA EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SERGIPE

RENATA DAPHNE SANTOS IZAIAS
MARLENE RIOS MELO

EIXO: 7. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

ANÁLISE DO PERFIL MOTIVACIONAL DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA 3ª ETAPA DA EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SERGIPE

Eixo 7 - Educação, Trabalho e Juventude.

1. INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que nasceu para atender uma parcela da população brasileira que por algum motivo não pode concluir seus estudos escolares na idade regular. Para Sartori (2011) é antiquo precisar as origens da EJA no Brasil, esta relacionada com a vinda dos padres jesuítas no século XVI, ainda para o mesmo autor, precisamos superar essas visões ultrapassadas e estereotipadas, para avançarmos na construção de uma educação que satisfaça as especificidades dos sujeitos jovens e adultos.

Em 1945 após a segunda guerra mundial aumentou-se as pressões internacionais sobre a evolução da educação “países atrasados”. Nesse período com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) o propósito era que a educação contribuísse no desenvolvimento consideradas “nações atrasadas” (Gadotti, 2000). Antes disso os programas de educação estabelecidos no Brasil estavam preocupados mais na quantidade de pessoas alfabetizadas do que com a qualidade dessa formação. Além das recomendações, era plausível ao momento histórico interno brasileiro o aumento de pessoas que, diante da lei, pudessem exercer o direito do voto no caminho da democratização.

Outro fator, que contribuiu para uma educação em massa, foi a caracterização da pessoa analfabeta como ignorante, incapaz, cabeça dura, sem jeito para as letras. Nesse caso, as pessoas adultas que não fossem alfabetizadas deveriam receber a mesma educação empregada na educação de crianças, pois esses adultos analfabetos estavam incapazes de compreender. (Gadotti, 2000)

A EJA abriga uma clientela bastante diversificada, em conhecimento, cultura, história. Como o próprio nome diz: jovens e adultos que convivem em um mesmo espaço de troca de conhecimentos, que possuem diversos questionamentos e precisam entender o outro e a si mesmo. Pois o jovem tem pouca experiência sobre a vida e o adulto tem a maturidade sobre a vida ou seja, o medo e insegurança se faz presente pelo olhar do outro. (Furini, 2011)

Então a partir de um questionário semiestruturado organizado para identificar os motivos que levaram os alunos na escolha da EJA, foi possível destacar outras questões como: a faixa etária dos estudantes, questões de gênero e os motivos que

levaram a procurar a EJA. Posteriormente na seção dos resultados e discussões, esses dados foram categorizados no perfil geral.

Por esse olhar buscamos fundamentar esses aspectos sociais e históricos que rodeiam os sujeitos da EJA e que fazem parte da diversidade das salas de aulas. Além disso, a partir dos dados obtidos será possível se pensar em estratégias de ensino mais específicas, que auxiliando na melhoria do ensino e na permanência desses alunos na conclusão dos estudos, dando suporte para conquistar seus objetivos após a conclusão do ensino médio.

1. A Educação de Jovens e Adultos: Do Império aos dias Atuais.

A partir da constituição Imperial de 1824 procurou-se dar um alcance maior para a educação, garantindo a todos os cidadãos a instrução primária. No entanto, essa lei infelizmente ficou só no papel. Havia uma grande discussão em todo o Império de como inserir as chamadas camadas inferiores (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos livres e libertos) nos processos de formalização. Com o Ato Constitucional de 1834 ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos. Vale ressaltar que a educação de jovens e adultos estava bastante relacionada com a atividade missionária jesuítica. O letramento das classes menos favorecidas era considerado um ato de caridade, pois “era preciso ‘iluminar mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso’” (BASTOS, 2005, p. 261 apud STRELLHOW, 2010, p.61). Em outras palavras alfabetização de jovens e adultos que deixa de ser um direito para ser um ato de solidariedade.

A ideia da pessoa analfabeta como dependente tomou força com o período que antecedeu a República. Em 1879 a Reforma Leôncio de Carvalho[1] caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente, posteriormente em 1881 a Saraiva[2] corrobora com a ideia da Reforma de Leôncio de Carvalho restringindo o voto às pessoas alfabetizadas. Essa ótica foi elaborada na nossa Constituição de 1891 e no artigo 70 desse documento trata da seguinte afirmação: “somente poderão votar os

maiores de 21 anos e em seu parágrafo 2º, os analfabetos não podem alistar-se como eleitores para eleições federais para os Estados” (Brasil, 1891). Percebe-se uma forte discriminação para com essas pessoas, impossibilitando a cidadania da maioria da população desta época.

No início do século XX houve uma grande mobilização social e política que pretendia para eliminar o analfabetismo. Começou-se assim a culpar as pessoas analfabetas da situação de subdesenvolvimento do Brasil. Em 1915 foi criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo (Nofuentes, 2008) com pretensões de lutar contra a ignorância para estabilizar a grande maioria das instituições republicanas. No âmbito destas discussões estava presente a ideia de que as pessoas não alfabetizadas deveriam procurar se alfabetizar. Havia necessidade de tornar a pessoa analfabeta um ser produtivo que contribuísse para o desenvolvimento do país.

Podemos perceber que este descaso com a educação levou o Brasil a alcançar a incrível marca de 72% de analfabetos em 1920 (MANFREDI, 1981, p.28 apud STRELLHOW, 2010, p.52). Com o golpe que instituiu o Estado Novo em 1937 foi criado o Plano Nacional de Educação. Este previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas, porém não se efetivou (Sartori, et al 2011). Esse foi o primeiro plano na história da educação brasileira que previu um tratamento específico para a educação de jovens e adultos.

Então, só a partir da década de 40 e com grande força na década de 50 que a educação de jovens e adultos voltou a aparecer na lista de prioridades educacionais do país. Funda-se em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário com o objetivo de realizar programas que ampliasse e incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945 o fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos fossem empregados na educação de adolescentes e adultos.

Nesse período considerava-se que a alfabetização de adultos poderia ser executada da mesma forma como era para as crianças, tinha-se a ideia de que os adultos eram mais fáceis de alfabetizar, por isso, os alfabetizadores não necessitavam de formação especializada, qualquer pessoa alfabetizada poderia exercer a função de maneira voluntária. Dessa forma surgiram dois documentos que abordavam o tema do voluntariado: (1948) Relação com o Público e o Voluntariado e Manual do Professor Voluntário – Ilustrações para o Ensino de Leitura e Linguagem Escrita (1960).

Em 1958 com a realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, começou-se a discutir novas metodologias pedagógicas utilizadas para a educação de adultos. É nessa época que começa a aparecer o que seriam pressupostos teóricos e práticos da pedagogia de Freire, em um Seminário Regional realizado em Recife. Freire chamou a atenção para o desenvolvimento educativo que levava à contextualização às necessidades essenciais das pessoas educadas “com” elas e não “para” elas. Nesse sentido as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o analfabetizado é que deveriam ser problematizadas” (BASTOS, 2005, p. 268 apud STRELLHOW, 2010, p. 52-53).

O final da década de 1950 e início da década de 1960 foram marcadas por uma grande mobilização social em torno

educação de adultos. Diversos foram os movimentos sociais criados nesse período, tais como: Movimento de Educação Base (1961- CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal). Lembrando que esses programas estavam baseados na pedagogia Freiriana, já que identificavam o analfabetismo, “não como a causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não igualitária” (BASTOS, 2005, p. 268 apud Strelhow, 2010, p. 53). Esses movimentos procuram reconhecer e valorizar o saber e a cultura popular, considerando assim a pessoa não alfabetizada uma produtora de conhecimento. Não é à toa que a educação de jovens e adultos está entrelaçada com a educação popular (Gadotti, 2000). No período considerado como o mais marcante da história do nosso país, o Golpe Militar de 1964, os programas visavam a constituição de uma transformação social foram abruptamente interrompidos com apreensão de material de detenção e exílio de seus dirigentes. Dentre estes programas foi interrompida a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação, que tinha como mentor Paulo Freire (Gadotti, 2000). O governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em 1967, com princípios opostos aos preconizados por Paulo Freire com objetivos de uma educação não formal (Gadotti, 2000).

A nova constituição de 1988 previa que todas as pessoas tinham direito acesso à educação, reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96.

De acordo com essa LDB, o Plano Nacional de Educação deveria ser elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos. A partir dessa lei foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Gadotti 2000, p.43). Ressalta-se ainda o direito aos jovens e adultos de uma educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos. Os municípios passam a assumir a função da educação de jovens e adultos. Paralelamente foram feitas muitos estudos nas universidades, criação de movimentos sociais e organizações não governamentais relacionadas à educação.

Assim como os estudos de Emília Ferreiro[1], que contribuíram para a criação de métodos de alfabetização. Estudos e pesquisas baseados em descobertas, linguísticas, psicológicas e educativas recentes. Quanto aos movimentos que surgiram no início da década de 90, destacamos o Movimento de Alfabetização (Mova) que trabalhava a alfabetização a partir do contexto sócio-econômico das pessoas alfabetizadas tornando-as co-participantes de seu processo de aprendizagem (Gadotti 2000).

Em 1998 surge o Pronex (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)[2] com o objetivo de atender populações situadas nas áreas de assentamento (Brasil, 2004). Este programa estava vinculado essencialmente ao trabalho em universidades e movimentos sociais. Em 2003 o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, que no início tinha como característica de mais uma campanha, com ênfase no trabalho voluntário prevendo erradicar o analfabetismo em 4 anos atuando sobre 20 milhões de pessoas. No entanto, em 2004 com a mudança do Ministro da Educação, o programa foi reformulado retirando-se a meta de erradicar o analfabetismo em 4 anos e a duração dos projetos de alfabetização foi ampliada em 2 meses para 4 meses até 8 meses. Assim, chegamos ao século XXI com uma alta taxa de pessoas que não tinham o domínio sobre a leitura, a escrita e as operações matemáticas básicas:

Quase 20 milhões de pessoas são considerados analfabetos absolutos e mais de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a frequentar uma escola, mas por falta de uso de leitura e da escrita, tornaram-se numa situação anterior. Chegaram, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neo analfabetos (que mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita (BASTOS, 2005, p. 273 apud STRELHOW, 2010, p. 56).

Depois dessas leituras percebemos a falta de políticas públicas educacionais que priorizavam a educação de jovens e adultos e que contribuam na superação do analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos. Em outras palavras, mesmo com os mais variados programas de governo, pouco contribuíram na evolução e qualidade da EJA. A partir desses problemas faz-se necessário desenvolver ferramentas pedagógicas que acompanhem a realidade dos alunos e contribuam para minimizar as dificuldades de ensino e aprendizagem encontradas nessa modalidade de ensino. Verificamos ainda que as diversidades de programas propiciam na dificuldade e desestabilidade em se efetivar políticas públicas que são específicas para os estudantes da EJA e assim diminuir também a característica de marginalidade que personalizou essa modalidade de ensino.

No próximo item veremos um pouco sobre as relações de trabalho e a educação de jovens e adultos.

1. O mundo do trabalho e o retorno às salas de aulas através da EJA

Devido a um mercado de trabalho cada vez mais exigente, muitas pessoas têm procurado se qualificar e até mesmo retornar aos bancos escolares para concluir o ensino básico. Essa relação de quanto maior a escolaridade, maior é a possibilidade

de inserção no mercado de trabalho, transfere para a educação um caráter valorativo. Segundo a teoria do capital humano datada de 1960, essa preconizava lucros resultantes do investimento na autoeducação. Para (CATTANI, 1997, p.35 a ROMANZINI, 2010, p.10) podemos observar a relação do trabalho e a qualificação, em:

[...] a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento de produtividade. A “qualidade” da mão de obra obtida graças à formação escolar e profissional potencializaria a capacidade de trabalho e de produção.

[...] Cada trabalhador aplicaria um cálculo custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu “capital pessoal” avaliando se o investimento e o esforço empregados na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado no futuro. (p.35)

O que não foge a realidade, pois cada vez mais vemos os nossos jovens correndo atrás de uma melhora de vida através da qualificação pelo estudo. No entanto, esse é um discurso que a sociedade, os meios de comunicação, pelo próprio Estado em suas campanhas da educação pública, em outras palavras, é um discurso imperativo do mundo capitalista atrelado ao neoliberalismo.

O que vemos muitas vezes são estudantes (notoriamente da rede pública) que passaram por um ensino (fundamental e médio) precário e são inseridos de qualquer forma no universo do trabalho. Em contrapartida, estudantes que não passaram pelo ensino público das universidades e normalmente estes tiveram uma educação consistente. Infelizmente nessa relação de oprimido e opressor (Freire, 1994), quem perde é a classe trabalhadora menos favorecida. Visto que, em sua maioria atingem apenas o ensino fundamental e o médio, ou seja, poucos chegam ao nível superior. Para (MÉSZAR, 2005, p.44 apud ROMANZINI, 2010, p.11) “a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema.”

Dessa forma é imprescindível um ensino público de qualidade para a educação de jovens e adultos (EJA). Esses estudantes estão de passagem, provavelmente porque anteriormente, ao que seria o prazo regular para a conclusão da escolarização o Estado se fez ausente. Como também pela falta da escola pública de qualidade, pela necessidade de trabalho, seja por diversos motivos excludentes. Por outro lado a EJA possui um público heterogêneo, o que dificulta, tanto a permanência quanto a transitoriedade do ensino quanto pelas diferenças etárias e culturais, qualquer integração em nível de classe trabalhadora apta a reclamar por melhorias em seus estudos ou por outras questões sociais. Para essa questão (Laffin, 2011) corrobora da seguinte forma:

[...] na diversidade em espaço de relações intergeracionais, entre continuidade e descontinuidade, interações e conflitos trazendo para coabitação da sala de aula, trajetórias, e experiências diferenciadas e sabedorias acumuladas, tensionadas pelas suas culturas e diversidades.

[...] embora esta relação seja um fator de reconhecimento destes sujeitos, é importante ressaltar que estes também lutam pelas suas individualidades, preservação de sua autonomia e o desejo de participação social. (p.164 – 165)

Em função disso objetivamos analisar os motivos que levaram os estudantes retomarem os estudos através da EJA para compreender de alguma forma quem são esses jovens e esses adultos que habitam as salas de aulas em busca de conquistar os mais variados sonhos. A seguir, descreveremos nossas metodologias de pesquisa.

1. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Contexto de Pesquisa

Para atingir nossos objetivos a pesquisa foi realizada com alunos da 3ª etapa da EJAEM do turno noturno, em uma aula de biologia.

A Escola Estadual Armindo Guaraná foi fundada em 1982 e localizada no bairro Rosa Elze no município de São Cristóvão SE. A implementação da EJA ocorreu no ano 2000. Essa escola atualmente funciona em um galpão cedido, devendo a mesma se encontrar em reforma, há dois anos. Escolhemos essa escola principalmente por existir turmas de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio (EJAEM). Porém outras questões problemáticas nos chamaram atenção, como: ter o índice de desempenho no ENEM de 2014 das escolas de Sergipe, dados esses obtidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep)[1] e não atingir a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)[2].

Utilizamos o questionário como instrumento de coleta de dados para levantar o perfil geral e motivacional e para compreender as razões que levaram esses alunos a escolher a EJA.

Com base nesses objetivos, optou-se pela fundamentação na pesquisa qualitativa com características exploratória, tendo em vista que para Carvalho (2000), “as pesquisas deveriam ter um delineamento qualitativo, pois irão interpretar a fala escrita, os gestos e ações dos alunos e professores no decorrer das aulas”. Por Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa passa por mudanças e múltiplos significados:

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo ciências humanas e sociais, assumindo tradições

ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles (p.2-17).

Com o questionário levantou-se o perfil geral (idade, sexo, estado civil e filhos) e o perfil motivacional dos alunos da EJA. Por se tratar de assuntos pouco investigados e recentes, possui características de uma pesquisa exploratória. Como aponta Gil (2008) o objetivo desse tipo de pesquisa é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco aprofundado. Além do mais, ao final de uma pesquisa exploratória, pode-se conhecer mais sobre aquele assunto, e assim construir hipóteses. Como qualquer investigação, a pesquisa exploratória depende da intuição do pesquisador. Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso.

Através da análise textual discursiva desenvolvida por Moraes (2003) fizemos a categorização dos dados. O processo consistiu na desmontagem do texto (desconstrução e unitarização) e para tal procedimento foi necessário uma leitura crítica e significação; estabelecimento de relações (o processo de categorização) e captando o novo emergente (expressando compreensões atingidas).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa foram analisadas as seguintes categorias: perfil geral e perfil motivacional.

3.1. Gênero

Com o levantamento feito nos diários escolares para obter o número total de alunos da escola que são 158. Identificamos que nesse total, 104 são mulheres, ou seja, essas são a maioria. Percebemos que as mulheres estão voltando em número para as salas de aulas. De acordo com Brasil (2007) dados semelhantes foram mostrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Educação que: "Mais de 50% dos alunos que frequentam cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), também conhecido como curso supletivo, são mulheres".

Especificamente dos sujeitos pesquisados na sala em estudo, dos 12 alunos da turma 8 são mulheres e 4 são homens. Esse dado nos revela um maior interesse das mulheres na retomada dos estudos e em ascender no mercado de trabalho. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007, 54% dos alunos EJA são mulheres (Brasil, 2006), isso porque boa parte das mulheres foi excluída da sociedade por questões preconceituosas. A mulher era criada para ser uma boa dona de casa e os estudos ficavam para os homens.

As mulheres correspondem, atualmente, a mais da metade da população brasileira, que está em torno de 170 milhões de pessoas. Desta população, 80%, em 1991, eram escolarizadas; já em 2000 atingiu-se 88%. Neste grupo há uma maioria absoluta de mulheres, o que mostra uma "vantagem" de escolarização da mulher em relação ao homem (BASTOS, 2001: 273 apud STRELHOW, 2010, p. 55).

3.2. Faixa Etária

Após a realização da pesquisa, percebemos que a faixa etária dos alunos da 3ª Etapa da EJAEM compreende entre 20 e 30 anos. Com relação à faixa etária, está de acordo com Brasil (1996), pois pelo artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/96, a idade mínima para matrícula em cursos de EJA de Ensino Médio é de 18 (dezoito) anos completos.

3.3. Estado Civil

Das 8 mulheres, 4 são casadas e 4 são solteiras; dentre os 4 homens, apenas 1 é casado. Do total de mulheres, 7 possuem filhos e com relação aos homens, apenas 1 tem filho. Se comparada com a faixa etária das mulheres, a mais nova delas tem 20 anos, a condição de ser mãe começou muito cedo e normalmente isso é um fator determinante para que muitas mulheres abandonem a escola.

Dados da Unesco e do Ministério da Saúde mostram que a gravidez precoce e as dificuldades dela decorrentes respondem pela terceira causa de óbitos entre as mulheres jovens do Brasil, perdendo apenas para homicídios e acidentes de transporte. E mais: dados preliminares da Unesco mostram que 25% das meninas entre 15 e 17 anos que deixam a escola o fazem por causa da gravidez, mostrando que a maternidade antecipada já é a principal causa de evasão escolar das meninas nesta faixa etária. Segundo a Unesco, das meninas de 15 a 17 que não estudam, 31% residem no Nordeste do país, 71% moram no interior e 12% nas periferias. (O Globo, 2005)[1]

Esse fenômeno muitas vezes ocorre por falta de apoio familiar e até mesmo a falta de participação da escola em manter esse adolescente na escola.

3.4. Perfil Motivacional da EJA

Com relação às razões que levaram os alunos pela escolha da EJA, quatro motivos foram identificados dentre os aceleramento dos estudos, recuperar o atraso nos estudos tempo perdido, conciliação com trabalho e qualificação para o mercado de trabalho. Como ressalva, Furini et al (2011, p. 165) diz que: "(...) ambos buscam o seu direito de estudo para completar o ensino fundamental e perspectivar outros níveis de ensino, como substrato de novas e melhores oportunidades de trabalho e de vida."

No motivo aceleramento dos estudos foi explicitado por três estudantes e podemos categorizar dessa forma a partir da seguinte resposta de um dos estudantes: "*Razão de terminar os estudos mais rápido por ter desistido e ter me prejudicado. O EJA mostra que nem tudo tá perdido essa foi a melhor solução*". Ou ainda: "*O tempo é mais rápido pra se formar*."

A categoria recuperar o atraso nos estudos, foi levantada a partir da resposta de cinco alunos, como podemos observar seguir: "*Por que estava atrasada e por ter desistido*". Ou então: "*Recuperar o tempo perdido*".

Na categoria conciliação com trabalho vimos que três estudantes deram respostas semelhantes. Como podemos ver seguir em duas das respostas: "*Em conciliar melhor estudo com o trabalho*" e: "*Trabalhar ao mesmo tempo*." Vale destacar que isso é um direito resguardado pela LDB 9.394/96 em seu 2º e 3º parágrafos do artigo 37 que discorre respectivamente "O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si" (Brasil, 1996 p.13). "A educação de jovens e adultos deverá articular-se preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento" (Brasil, 2008 p.1).

Quanto ao dado qualificação para o mercado de trabalho, foi observada na resposta de uma aluna, na qual escreveu: "*que perdi a oportunidade de uma bolsa de enfermagem, por não ter o 2º grau completo*".

Podemos verificar, pelos resultados obtidos, que o conceito de trabalho está bastante difundido em seu universo, mas no modo de trabalho capitalista, explorador, que prioriza as ações voltadas para a competitividade. Eles são estudantes que vivem na era da globalização, rodeados de tecnologia, mas sem acesso a elas ou com acesso muito restrito.

A partir da compreensão dos motivos que levaram os alunos a escolherem a EJA, poderemos futuramente estabelecer estratégias de ensino que contribuam na permanência desses estudantes nas salas de aula, auxiliem em educação de qualidade e formação de alunos alfabetizados cientificamente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois do apanhado histórico e leitura de diversos autores, vários foram os programas criados para se erradicar o analfabetismo em nosso país que não tiveram sucesso.

A preocupação com a educação dos nossos jovens e adultos não é de hoje, porém é preciso fazer mais. Novos programas continuam sendo criados para suprir a falta de políticas públicas que lutem pela permanência e pela qualidade da Educação. Percebemos ainda o quanto a presença da mulher nas salas de aula dessa modalidade de ensino vem ganhando força que muito provavelmente esteja relacionado com uma questão antiga de recuperar um direito que lhes fora vetado no passado. Ou seja, a corrida pela igualdade social entre homens e mulheres em busca dos mesmos benefícios profissionais. Porém hoje vimos os motivos que as levaram a retomar seus estudos e obter sucesso profissional ou satisfação pessoal.

Por fim, é através dos motivos que levaram os estudantes a retornar a sala de aula através da EJA, vimos o quanto é importante investir em um ensino de qualidade, como também melhorar a infraestrutura das escolas e ter um plano específico para atender as necessidades desses sujeitos tão diversificados. Apesar dessas razões em virtude dessas razões motivacionais terem sido identificadas em uma sala de Sergipe, esses mesmos motivos podem ser os mesmos de vários outros alunos da EJA no Brasil e também necessitam dessa educação.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL.

BRASIL. Lei n.9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. P.27833

BRASIL. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária Pronea. Manual de Operações, Brasília, abril de 2004.

BRASIL. Lei n.11.741, 16 de julho de 2008. Brasília, 2008.

BRASIL. IBGE – Censos, contagem populacional, Pesquisa Mensal de Emprego/PME e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio/PNAD-2006. Brasília.

CATTANI, Antonio D. Teoria do capital humano. In: _____ Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 19

DUARTE, Karina. ROSSI, Karla. RODRIGUES, Fabiana. O processo de alfabetização da criança segundo Emilia Ferré. Revista científica eletrônica de pedagogia – ISSN: 1678-300X, Ano VI – Número 11 – Janeiro de 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1994

FURINI, Dóris Regina M. DURAND, Olga Celestino da Silva. SANTOS, Pollyana dos. Educação de jovens e adultos: educação na diversidade. In LAFFIN, Maria Hermínia L. F.(Org.). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta. 2.ed. rev. Corumbá: São Paulo, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAIS, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e Educação*, v. 2, p. 191-211, 2003.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. Um desafio do tamanho da Nação: A campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922). Agosto de 2008. 163f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SARTORI, Anderson. Educação de jovens e adultos e educação na diversidade. In LAFFIN, Maria Hermínia L. F.(Org.). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

STEPHANOU; BASTOS (orgs) apud STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos: Brasil. Revista Histedbr On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010 - ISSN: 1676-2584.

Fonte eletrônica:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf

[1]

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.htm>

[1] < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_74/MemoriaJuridica/SobreLeiSaraiva.htm >

[1]<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aprocesso_alfab_ferreiro.pdf

[1] <<http://www.incra.gov.br/proneraeducacao>>[1]

<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2014/12/inep-divulga-notas-do-enem-veja-o-desempenho-das-escolas-de-se.html>>

[1] < <http://www.qedu.org.br/escola/101922-ee-armindo-guarana/ideb> >

[1]< <http://sna.saude.gov.br/imprimir.cfm?id=947> >

Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIMA), Graduada em Química Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), 49100-000, São Cristóvão-SERGIPE, Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa em Ensino de Química – GRUPEQ. Email: daphne_npgcima@yahoo.com.br

[1] Doutora em Ensino de Ciências (USP), professora Adjunta III da Universidade Federal do Rio Grande (FURB) Professora colaboradora do PPGECIMA/Universidade Federal de Sergipe (UFS), 49100-000, São Cristóvão-Sergipe, Br. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Ensino de Química – GRUPEQ. Email: marlenemelo@terra.com.br

[1] Mestre em Analítica pela Universidade Federal de Sergipe, Mestrando em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIMA), Graduado em Química Licenciatura pela Universidade do Estado Rio de Janeiro. Email: profjaimersilva@oi.com.br

Recebido em: 06/07/2015

Aprovado em: 06/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: